

CONCURSO PÚBLICO
COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE FUNDOS
EUROPEUS: EMPREGO COMO COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO
(Processo n.º R/083/2025)

ÍNDICE

1. TIPO E IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	3
2. OBJETO DO PROCEDIMENTO	3
3. ENTIDADE ADJUDICANTE	3
4. DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DECISÃO DE CONTRATAR	3
5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO	4
6. IMPEDIMENTOS	4
7. AGRUPAMENTOS	7
8. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	8
9. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	9
10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	9
11. IDIOMA DAS PROPOSTAS	10
12. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	10
13. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA	10
14. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	11
15. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS	12
16. PREÇO BASE	12
17. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	12
18. PROPOSTAS VARIANTES	12
19. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÓNICO	12
20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS	13
21. CRITÉRIO DE DESEMPATE	13
22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	13
23. CAUÇÃO	14
24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO	14
25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	14
26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO	14
 ANEXO I – DEUCP	 16
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA	17
ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	25
ANEXO IV – REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO	30
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO	31

1. TIPO E IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, adotado ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, tem a designação de “aquisição de serviços para realização da Avaliação de Fundos Europeus: Emprego como combate à Exclusão Social”, a que corresponde a referência interna – Processo n.º R/083/2025.

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 2.1. O objeto do procedimento consiste na aquisição serviços com vista à realização do estudo Avaliação de Fundos Europeus: Emprego como combate à Exclusão Social, de acordo com o Caderno de Encargos e demais anexos.
- 2.2. Os termos, condições e Especificações Técnicas da presente aquisição de bens e serviços constam do Caderno de Encargos e do presente programa, os quais terão de ser observados nos termos legais.
- 2.3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável, constante do Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação CPV – 79419000-4 Serviços de consultoria para avaliação.

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

- 3.1. A entidade adjudicante é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa, pessoa coletiva n.º 510 928 374, e com o email contratacao@adcoesao.pt.
- 3.2. O processo do concurso decorre no Núcleo de Gestão de Contratos e Património (NGCP), sito na Avenida 5 de Outubro, n.º 153 – 7.º Piso, Lisboa, 1050-053 Lisboa, Telefone (351) 218814000, com o endereço de correio eletrónico contratacao@adcoesao.pt, através da plataforma eletrónica www.acinGov.pt, de acordo com as condições constantes no presente programa e Caderno de Encargos.

4. DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DECISÃO DE CONTRATAR

- 4.1. A decisão de contratar e a autorização para a realização da despesa foram tomadas por deliberação do Conselho Diretivo da Agência, I.P., de 02.06.2025, ao abrigo das competências delegadas, nos termos conjugados da alínea c) do.º 1 do artigo 17º do Decreto-lei n.º 197/99,

de 8 de junho e do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação em vigor.

- 4.2. A decisão de contratar foi precedida da obtenção do competente parecer prévio da DGAEP, nos termos exigidos pelo Regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado em anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, na sua atual redação.
- 4.3. A decisão de contratar foi igualmente precedida da obtenção da competente assunção de compromissos plurianuais autorizada pelo Conselho Diretivo da Agência, I.P., a 02.06.2025, exarada sobre a Informação n.º I/678/2025, de 30.05.2025, ao abrigo da delegação de competências constante do ponto 3 do Despacho n.º 9588/2024, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 161, de 21 de agosto de S. Exa. o Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional e por força do Despacho n.º 4956/2024, de 7 de maio, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 88, de S. Exa. o Ministro de Estado e das Finanças.

5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do sítio na Internet <https://www.acingov.pt>.
- 5.2. A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento a ser efetuada no sítio na Internet <https://www.acingov.pt>.
- 5.3. Após inscrição na plataforma eletrónica, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças do procedimento nos termos referidos no ponto 5.1.

6. IMPEDIMENTOS

- 6.1. Nenhuma entidade poderá apresentar mais do que uma Proposta, não podendo, designadamente, fazer parte de mais do que um agrupamento, nem concorrer simultaneamente a título individual e integrada num agrupamento concorrente.
- 6.2. Podem ser concorrentes pessoas singulares ou pessoas coletivas, agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação, que não se encontrem em quaisquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP, na atual redação.
- 6.3. Sem prejuízo da possibilidade de relevação de impedimentos nos termos do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
 - a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo

- pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que entretanto tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
 - c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e igualdade e não discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
 - g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração,

direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:

- i) Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
- ii) Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
- i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
- k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
- l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um Contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse Contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento,

à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.

- 6.4. Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

7. AGRUPAMENTOS

- 7.1. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais a contratar, comprovando em relação a cada uma das empresas os documentos exigidos no ponto 14 do presente programa (todas as empresas que compõem o agrupamento).
- 7.2. Os membros de um agrupamento candidato ou concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou concorrente.
- 7.3. A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da Proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente perante a entidade adjudicante pela manutenção da Proposta.
- 7.4. As entidades que compõem o agrupamento deverão designar o interlocutor único, devidamente identificado perante a entidade adjudicante, entregando obrigatoriamente os respetivos instrumentos de mandato.
- 7.5. Não existindo representante comum, a Proposta e todos os documentos que a constituem devem ser assinados por todos os seus membros (todas as empresas que compõem o agrupamento) ou respetivos representantes.
- 7.6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do Contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: sociedade, consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas, fazendo constar desse Contrato a menção quantitativa relativamente à participação de cada um dos membros do agrupamento no âmbito do Contrato a celebrar.
- 7.7. Em caso de adjudicação, a apresentação dos documentos de habilitação deve obedecer ao disposto no artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

8. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 8.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 8.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do Contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do Contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 8.3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do Contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 8.4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas:
 - a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 8.5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de Propostas.
- 8.6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento.
- 8.7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 8.8. Será ainda aplicável, neste âmbito, o disposto no artigo 64.º do CCP.

9. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

As Propostas devem ser submetidas, pelos concorrentes ou pelos seus representantes, até às **23:59 horas do 30.º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio do anúncio para o Jornal Oficial da União Europeia e para o Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.

10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 10.1. As Propostas e os documentos que as instruem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante (<https://www.acingov.pt>).
- 10.2. Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, todos os documentos que compõem a Proposta, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar.
- 10.3. Todos os documentos devem ser assinados, em observância do disposto no n.º 5 do artigo 54.º e do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com recurso a assinatura eletrónica/digital qualificada, os quais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em <https://www.gns.gov.pt>).
- 10.4. Todos os documentos devem ser assinados individualmente com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios do concorrente ou dos seus representantes legais em momento anterior à submissão dos mesmos na plataforma eletrónica.
- 10.5. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
- 10.6. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidade terceira, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
- 10.7. Nos casos em que o certificado original não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento que, nos termos legais, ateste os poderes de representação necessários para o efeito.
- 10.8. Quando a Proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram (com junção do documento que comprove o mandato emitido por cada um dos membros) ou, não existindo representante comum, por todos os membros ou seus representantes legais.

11. IDIOMA DAS PROPOSTAS

- 11.1. Os documentos que constituem a Proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada/certificada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 11.2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, admite-se a apresentação de comprovativos das certificações e o recurso a termos ou expressões de natureza técnica, assim como estrangeirismos próprios do objeto contratual em língua inglesa.

12. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas Propostas durante o prazo de **120 dias** contados a partir do termo do prazo para a apresentação das mesmas.

13. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 13.1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 66.º do CCP.
- 13.2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Proposta deve ser notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 66.º do CCP.
- 13.3. Quando por força da classificação de documentos que constituem a Proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no ponto 10 do presente programa ou no prazo fixado, o júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário, conforme dispõe o n.º 5 do artigo 66.º do CCP.
- 13.4. Não há lugar à classificação ou anonimato de documentos cujos elementos sejam necessários para a análise e avaliação das propostas, devendo os concorrentes assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais em matéria de proteção de dados e o cumprimento do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
- 13.5. Na apresentação dos currícula e/ou outros documentos nos quais constem dados pessoais, os concorrentes são responsáveis por assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais, para que a Agência, I.P., no âmbito exclusivo do procedimento de contratação pública em apreço e de execução do contrato, fique habilitada para o tratamento desses dados, designadamente a

respetiva conservação pelo prazo necessário à monitorização do contrato a celebrar e à garantia da realização de auditorias, nacionais ou europeias ao contrato.

14. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

14.1. A Proposta a apresentar deve ser composta pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, em modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, em formato XML, consta como anexo e conforme indicado no **Anexo I** ao presente Programa do Procedimento;
- b) Documento** designado "**Proposta técnica**", como os seguintes elementos:
 - i) "**Explicitação da metodologia a utilizar para realizar os trabalhos**", em conformidade com o **capítulo 1 do Anexo II** do presente Programa do Procedimento;
 - ii) "**Composição e experiência da equipa de avaliação**", em conformidade com o **capítulo 2 do Anexo II** do presente Programa do Procedimento;
 - iii) **Preço total**, indicado em algarismos e por extenso, não incluindo IVA, com a respetiva decomposição e fundamentação para o mesmo, em conformidade com o **capítulo 3 do Anexo II** do presente Programa do Procedimento.
- c) Declaração de inexistência de conflitos de interesses** a apresentar em conformidade com o modelo constante do Anexo III do presente programa do Procedimento.
- d) Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente e/ou qualquer outro documento** que ateste a legitimidade para a apresentação de Proposta por forma a relacionar o assinante com a sua função e poder de representação para efeitos de assinatura dos documentos que instruem a Proposta (ex.: procuração).

14.2. Os concorrentes poderão ainda indicar outros aspetos que considerem relevantes para a apreciação das Propostas, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.

14.3. Para efeitos de apresentação da equipa que integra a Proposta, o Concorrente responsabiliza-se pela obtenção do consentimento para transmissão dos dados pessoais à Agência, I.P. e para a sua divulgação que possa ser obrigatória nos termos legais, no âmbito do Regulamento nº 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

14.4. Quando a Proposta seja apresentada por um agrupamento, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes legais.

15. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

- 15.1. Sem prejuízo do disposto no artigo 72.º do CCP, as Propostas serão excluídas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do 146.º do CCP.
- 15.2. Serão, ainda, excluídas as propostas que não obedeçam ao modelo constante do anexo II do presente programa e/ou desrespeitem os requisitos aí fixados.

16. PREÇO BASE

- 16.1. O preço base do procedimento é de **185.000,00 € (cento e oitenta e cinco mil euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 16.2. O preço base constante no número anterior corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato a celebrar.
- 16.3. Os preços constantes da Proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 16.4. Quando os preços constantes da Proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 16.5. Sempre que na Proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

17. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

- 17.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não serão definidas as situações em que o preço ou o custo de uma Proposta é considerado anormalmente baixo.
- 17.2. Mesmo na ausência de definição, o preço ou custo de uma Proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do Contrato, caso em que é aplicável o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do artigo 71.º do CCP.

18. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de Propostas variantes.

19. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÓNICO

As Propostas apresentadas não serão objeto de negociação ou de leilão eletrónico.

20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

A adjudicação será efetuada segundo o critério da Proposta economicamente mais vantajosa, **na modalidade multifator**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o modelo de avaliação das Propostas, nos termos do disposto no artigo 139.º do CCP e constante do **Anexo III** do presente Programa.

21. CRITÉRIO DE DESEMPATE

21.1. Em caso de empate de Propostas, o critério de desempate é efetuado pela pontuação mais elevada obtida nos fatores, pela ordem a seguir indicada, sucessivamente:

- a) Maior pontuação obtida no Fator 1 – Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M];
- b) Maior pontuação obtida no Fator 2 - Experiência da equipa de avaliação [E];
- c) Maior pontuação obtida no Fator 3 – Preço (P).

21.2. No caso de se manter a situação de empate entre as Propostas classificadas em primeiro lugar, efetua-se um sorteio, nos termos definidos no **Anexo IV**.

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

22.1. Em caso de adjudicação, o concorrente deverá apresentar no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação de adjudicação, e sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, a que refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na sua atual redação (**Anexo V** ao presente programa);
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (certificado do registo criminal da entidade e dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e situação regularizada relativamente a impostos);
- c) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação ou indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo.

22.2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.

22.3. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

22.4. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em

relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

- 22.5. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado relativamente ao qual o facto ocorreu, sendo fixado um prazo máximo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 22.6. Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concederá, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 22.7. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade em conformidade com o preceituado no artigo 86.º do CCP, será de 2 (dois) dias.
- 22.8. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível para o endereço eletrónico indicado pela entidade adjudicante.
- 22.9. O modo de apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

23. CAUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não será exigida a prestação de caução.

24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Nos termos do artigo 94.º do CCP, o Contrato será reduzido a escrito.

25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 25.1. Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da respetiva Proposta.
- 25.2. As despesas e encargos inerentes à celebração do Contrato, são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

- 26.1. Em tudo o que for omissa no presente programa, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação em vigor.

26.2. Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à lei portuguesa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro.

Nota: *Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço eletrónico www.acingov.pt ou do telefone 707451451 ou através do e-mail: apoio@acingov.pt das 09:00 às 19h00, em dias úteis.*

ANEXOS:

- Anexo I** DEUCP (a que se reporta a alínea a) do Ponto 14.1 do presente Programa do Procedimento);
- Anexo II** Modelo de Proposta (a que se refere a alínea b) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento);
- Anexo III** Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses (a que se refere a alínea c) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento);
- Anexo IV** Modelo de avaliação das propostas (a que se refere o ponto 20 do Programa do Procedimento);
- Anexo V** Regras para realização do Sorteio (a que se refere o ponto 21.2. do Programa do Procedimento);
- Anexo V** Modelo de declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do ponto 22.1. do Programa do Procedimento);

ANEXO I – DEUCP

(a que se reporta a alínea a) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela entidade adjudicante, com as informações que lhe digam respeito, através do link:

<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>

O documento deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Recomenda-se, para efeitos de preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular Informativa nº 01/IMPIC/2016, bem como o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma e demais elementos disponibilizados pelo IMPIC para o efeito, em:

http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/deucp_2

<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/documento-europeu-unico-de-contratacao-publica>

Para efeitos de apresentação do DEUCP referido na alínea a) do Ponto 14.1 do presente Programa do Procedimento, os concorrentes deverão aceder à área específica do Portal BASE (em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>), selecionar a opção “Importar um DEUCP”, efetuar o *upload* do modelo pré-preenchido (ficheiro XML) disponibilizado em Anexo I ao presente Programa do Concurso e preencher o remanescente do documento na parte aplicável.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

(a que se reporta a alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa do Procedimento)

A Proposta Técnica deve ser organizada de acordo com a estrutura do presente Modelo de Proposta e integrar todos os elementos nele referenciados, salvo se existir algum aspeto não aplicável ou inexistente e que deve, como tal, ser expressamente declarado, sob pena de ser considerada uma omissão.

A Proposta Técnica deve ser apresentada num documento em formato PDF, em letra tipo Calibri ou semelhante, de tamanho entre 10 e 12, e com espaçamento entre linhas simples ou de 1,5 no corpo do texto, e de 6 pto. antes do parágrafo e com margens mínimas de 5 cm no total das margens superior e inferior e 5 cm no total das margens laterais.

Todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos são obrigatórios e o seu não cumprimento, bem como a omissão dos elementos constantes do presente Modelo, constituem causa de exclusão.

A proposta, com a indicação da referência do procedimento **R/083/2025 – Aquisição de serviços para realização da Avaliação de fundos europeus: Emprego como combate à Exclusão Social**, deve ser apresentada de acordo com o seguinte modelo:

CAPÍTULO 1 – Explicitação da metodologia a utilizar para realizar os trabalhos (Este capítulo não pode ultrapassar 20 páginas)

Para efeitos do disposto na subalínea i) da alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa, a Proposta Técnica deve descrever e fundamentar a metodologia que apresenta, de forma sintética e coerente, incorporando e desenvolvendo os requisitos metodológicos apresentados nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

1.1. Métodos de Avaliação

Identificar e descrever os métodos específicos da abordagem de **Avaliação Baseada na Teoria (ABT)** que o concorrente considere mais adequados aos objetivos da avaliação objeto do contrato a celebrar, justificando as opções tomadas, nomeadamente quanto à capacidade dos métodos propostos para dar resposta às diferentes Questões de Avaliação (QA) e respetivos Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR).

A proposta deve evidenciar e fundamentar a medida em que os métodos propostos constituem uma abordagem inovadora face a avaliações anteriores das intervenções em análise, nomeadamente através da mobilização de métodos ou combinações metodológicas, incluindo a forma como conjuga diferentes técnicas de recolha e tratamento de informação, que representem avanços conceptuais ou operacionais na abordagem do impacto destas intervenções, em particular com vista à identificação do contributo das intervenções para os objetivos visados e à explicitação dos processos causais e fatores contextuais que suportam esse contributo. Esta inovação poderá materializar-se na:

- Adaptação criativa de métodos consolidados ao contexto da avaliação objeto do contrato;
- Integração de perspetivas analíticas pouco exploradas;
- Exploração de métodos e técnicas emergentes no campo da Avaliação Baseada na Teoria.

A proposta deve ainda descrever a forma como o concorrente se propõe operacionalizar os métodos apresentados, num desenho metodológico inovador, coerente e credível face ao objeto e objetivos da avaliação, tornando explícito o entendimento e domínio técnico sobre esses métodos. Esta descrição deve incluir, pelo menos:

- Descrever os principais passos a seguir na operacionalização dos métodos e, quando aplicável, a forma como que serão combinados;
- Indicação das técnicas de recolha e tratamento de informação mobilizadas no âmbito dos métodos propostos, estabelecendo relação com os principais passos da operacionalização desses métodos;
- Assinalar as limitações e riscos associados aos métodos, propondo formas de os mitigar.

Na identificação das técnicas de recolha e tratamento de informação, as opções metodológicas inerentes à sua mobilização, sobretudo as que incidem na auscultação das pessoas em situação de exclusão social, devem resultar de uma revisão de instrumentos e procedimentos construídos nesta área de estudo e avaliação e da reflexão das suas forças e fragilidades, recuperando opções bem-sucedidas e adequadas e propondo soluções para problemas não respondidos no desenho metodológico a implementar. Da mesma forma, o recurso a fontes de informação existentes deve procurar inovar e trazer ou propor novos recursos de informação para a análise.

Na descrição dos métodos e da respetiva operacionalização, a proposta deve ser concisa e concreta face à avaliação objeto do contrato que se pretende celebrar, evitando descrições genéricas ou meramente teóricas. Para esse efeito deve ser feito uso, sempre que necessário, de remissões para referências bibliográficas (incluindo, preferencialmente, referências ilustradoras da aplicação prática dos métodos apresentados na proposta), que evidenciem os standards metodológicos e melhores práticas de aplicação que os trabalhos terão por referência.

1.2. Matriz de Avaliação

Descrever a abordagem metodológica preconizada pela Proposta para dar resposta às QA, sob a forma de **Matriz de Avaliação**. Para o efeito deve ser adotado o modelo a seguir apresentado, cujos conteúdos serão objeto de aprofundamento e desenvolvimento adicional em sede de Relatório Inicial da avaliação.

Matriz 1. Matriz de Avaliação

QA / Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)	Indicadores que permitirão dar resposta às QA/EOR	Métodos e Técnicas de recolha de informação/Fontes-Stakeholders	Técnicas de tratamento e análise de informação	Estratégia de resposta às QA/EOR e às QA
a)	b)	c)	d)	e)
QA1				
QA2				
...				
QA10				

Requisitos da Matriz de avaliação:

- a) Enunciado de cada uma das QA/EOR que orientam a avaliação.
- b) Identificação preliminar dos indicadores, de natureza quantitativa ou qualitativa, que permitam uma medição a partir da qual seja possível produzir um juízo analítico (por comparação com uma *baseline*, meta, *benchmark*, padrão de sucesso, etc.).

Incluem-se: i) os indicadores físicos do Programa (de realização e de resultado) e das operações (sobretudo de contratualização) e os indicadores financeiros também do Programa e das operações (indicados nas Especificações Técnicas); ii) os indicadores aferidos através de **informação proveniente de recolha direta**, da responsabilidade da equipa de avaliação; e iii) os indicadores de sistemas estatísticos nacionais e internacionais.

Os indicadores devem ser pertinentes, úteis e permitir produzir evidência sobre os Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR) e construir a resposta à QA.

Ou seja, ***que informação/dados serão utilizados para construir evidências que permitam concluir sobre [EOR]...?***

- c) Enunciado das técnicas através das quais se propõe recolher dados e informação (nomeadamente, os indicadores). Devem ser indicados, quando aplicável, os métodos de Avaliação Baseada na Teoria previstos aplicar, e as técnicas previstas mobilizar no âmbito de cada um desses métodos.

As “Técnicas de recolha de informação” devem ser as apropriadas para recolher e/ou produzir os indicadores propostos e, quando aplicável, implementar os métodos preconizados, respeitando os princípios da triangulação, proporcionalidade e utilidade na recolha de informação para produção de evidências para resposta às QA.

O detalhe destas técnicas será feito na “Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação”.

- d) Enunciado das técnicas através das quais se propõe tratar, sintetizar e analisar os dados e a informação recolhida.

As “Técnicas de tratamento e análise da informação” propostas devem ser adequadas às “Técnicas de recolha de informação” e às características da informação a recolher.

O detalhe destas técnicas será feito na “Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação”.

- e) Descrição sintética do encadeamento lógico da pesquisa e dos passos analíticos que, a partir da combinação dos métodos e técnicas de recolha e tratamento de informação e das evidências produzidas, permitem desenvolver os Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR) identificados na Tabela 1 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e produzir a resposta às QA.

Ou seja, ***como será conduzida a pesquisa e como é que a partir da informação recolhida e analisada se espera concluir sobre [EOR] ..., para responder à QA?***

1.3. Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação

Descrever os objetivos e forma de operacionalização das técnicas de recolha e tratamento de informação enunciadas na Matriz de Avaliação, incluindo aquelas que serão integradas nos métodos de Avaliação Baseada na Teoria descritos no ponto 1.1. da proposta técnica.

Matriz 2. Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação

Designação da Técnica de recolha de informação	Objetivos	Fontes/Atores: Atores a envolver / Critérios de seleção de atores a envolver / Fontes bibliográficas e documentais e dados	Formas de aplicação / dinamização das Técnica de recolha de informação	Descrição das Técnicas de tratamento e análise de informação	Principais outputs
a)	b)	c)	d)	e)	f)
Técnica 1...					
Técnica 2...					
...					

Requisitos da Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação:

- Enunciado das técnicas previstas utilizar (incluindo todas as técnicas previstas na Matriz de Avaliação).
- Descrição sintética dos objetivos de cada técnica, centrada nas suas potencialidades e no seu propósito concreto no âmbito da estratégia de resposta a cada QA (incluindo a sua mobilização no âmbito dos diferentes métodos). Assim, à mesma técnica poderão ser associados diferentes objetivos. A descrição deve respeitar e, se necessário, desenvolver os objetivos enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, **com que objetivos será mobilizada cada técnica?**

- Referência, para cada técnica e correspondente objetivo, às fontes documentais e bibliográficas e fontes de dados a utilizar, aos atores ou grupos de atores a auscultar e, quando aplicável, aos critérios utilizados para selecionar os atores a auscultar. Esta especificação deve respeitar e, se necessário, desenvolver as fontes enunciadas na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, **a partir de que fontes será recolhida a informação?**

- Descrição da forma como se propõe implementar, na prática, cada técnica de recolha de informação (de acordo com os respetivos objetivos), evitando descrições genéricas ou com elementos teóricos desnecessários à compreensão da sua operacionalização. Esta especificação deve respeitar e, se necessário, desenvolver os requisitos de aplicação das técnicas enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Em particular no que respeita:

- às entrevistas, devem ser indicadas as formas de realização das entrevistas, nomeadamente em formato presencial ou *on line* e o momento da sua realização.
- às entrevistas biográficas deve ser indicado o número de entrevistados, critério de seleção considerando a cobertura das intervenções em análise – evidenciando preferencialmente como se conjugam nos mesmos percursos individuais, várias intervenções –, cobrindo os

Grupos Específicos em análise e territórios (de acordo com tipologia de territórios a propor pela equipa de avaliação); deve ser apresentado um esboço dos temas a abordar; deve ser indicado o perfil de entrevistadores e respetivas garantias de preparação com vista à qualidade de todo o processo de recolha de informação.

- aos *focus group*, deve ser indicado o número e especificação – tema e critério de seleção de participantes – prevista de cada *focus group*, bem como o roteiro preliminar de implementação, incluindo modo de recrutamento dos participantes, duração prevista das sessões, tipo de técnicas de dinamização e ferramentas/produtos a utilizar para incentivar e orientar a participação ativa dos participantes.
- aos *inquéritos*, deve ser explícito o número de inquéritos a realizar, a dimensão estimada da população de interesse de cada inquérito, e os procedimentos previstos para a construção, pré-teste, aplicação e seguimento dos inquéritos para maximização das taxas de resposta. No caso dos inquéritos amostrais, devem ser apresentados os planos de amostragem, incluindo a estratificação das amostras (quando aplicável) e os intervalos de confiança e margens de erro subjacentes. No caso dos inquéritos censitários, devem ser apresentados à partida os critérios e os procedimentos a adotar para assegurar a representatividade das respostas (ex. identificação de um limiar mínimo para a taxa de resposta, cumprimento de uma determinada estrutura de distribuição da população, de acordo com as segmentações relevantes).
- aos *Estudos de Caso*, deve ser indicado o número mínimo de estudos de caso propostos (e respetivas unidades de análise), os critérios de seleção dos casos, a natureza dos estudos de caso e a estratégia de recolha da informação, incluindo a especificação das técnicas a implementar e as fontes a mobilizar e a articulação entre estas técnicas, e o tipo (temas) de informação a recolher.

Ou seja, ***como será operacionalizada a técnica de recolha?***

- e) Descrição das técnicas através das quais será tratada, sintetizada e analisada a informação recolhida, atendendo à natureza qualitativa/quantitativa dos dados e da informação recolhida. Deve, assim, ser explicitado o tipo de *análise estatística* (descritiva, multivariada ou inferencial) e de *conteúdo* a ser utilizada incluindo, neste último caso, a consideração de ferramentas de Inteligência Artificial para efeito de *text mining* e/ou *software* específico de análise de conteúdos (ex. para efeito de análise das memórias descritivas dos projetos). Devem ainda ser descritas as técnicas de codificação de conteúdo e análise a aplicar no âmbito das entrevistas, dos *focus group* e dos inquéritos (questões abertas). Esta descrição deve respeitar e, se necessário, desenvolver os requisitos de aplicação das técnicas enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, ***como serão sistematizados os dados/informação recolhidos de forma a torná-los interpretáveis e utilizáveis na resposta às QA?***

- f) Identificar os *outputs* resultantes da aplicação das técnicas de recolha e tratamento de informação, a incluir no relatório das avaliações e/ou nos respetivos anexos. Esta identificação deve respeitar e, se necessário, desenvolver os requisitos de aplicação das técnicas enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, ***quais os principais outputs da aplicação das técnicas de recolha e tratamento de informação?***

Para efeitos do disposto na subalínea ii) da alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa, a Proposta Técnica deve apresentar a composição da equipa de avaliação, tendo em consideração os requisitos das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e de acordo com os modelos apresentados no ponto 2.1 e 2.2 infra, respeitantes aos elementos da equipa correspondentes a cada um dos perfis definidos e à demonstração da experiência de cada um desses elementos, respetivamente.

2.1. Modelo obrigatório de identificação dos membros da equipa

Identificação dos elementos da equipa por perfil obrigatório:

Perfis <i>(a que se reporta o ponto 9. da parte II do Caderno de Encargos)</i>	Nome do elemento da equipa
Perfil A: Coordenador com experiência de coordenação de estudos (*) sobre políticas públicas/programas públicos	
Perfil B: 1 (um) Especialista nos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta, tendo sido responsável pelo desenho e implementação desses métodos.	
Perfil C: 1 (um) Especialista com experiência de realização de Inquéritos , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	
Perfil D: 1 (um) Especialista com experiência de realização de Focus Group , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	
Perfil E: 1 (um) Especialista com experiência de realização de Estudos de Caso , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	
Perfil F: 1 (um) Especialista com experiência de realização de Entrevistas Biográficas , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	
Perfil G: 1 (um) Especialista temático com experiência de realização de estudos (*) sobre temas objeto da presente avaliação <u>ou</u> experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas	

(*) Estudos de avaliação, artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar.

Sob pena de exclusão da proposta:

- Cada elemento da equipa proposta não pode ser associado a mais do que dois dos perfis obrigatórios.
- Só pode ser indicado um elemento da equipa para cada perfil obrigatório.
- O elemento da equipa apresentado para o **Perfil A** tem de ter coordenado, obrigatoriamente, pelo menos um estudo concluído nos últimos 10 anos. Independentemente da natureza do estudo, deve ser evidente a função de coordenação dos trabalhos, não sendo admitidos estudos ou artigos realizados apenas por uma pessoa.
- O elemento da equipa apresentado para o **Perfil B** tem de ter realizado, obrigatoriamente, pelo menos um estudo concluído nos últimos 10 anos, onde tenha sido responsável pelo desenho e implementação dos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta.
- O elemento da equipa apresentado para o **Perfil C/D/E/F** tem de ter participado, obrigatoriamente, pelo menos num estudo concluído nos últimos 10 anos, onde tenha sido

responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação de inquéritos/Focus Group/Estudos de Caso/Entrevista Biográfica.

- f) O elemento da equipa apresentado para o **Perfil G** tem de ter realizado, obrigatoriamente, pelo menos um estudo sobre temas objeto da presente avaliação, concluído nos últimos 10 anos, ou exercido pelo menos um mês de atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas, compreendidas nos últimos 10 anos.

2.2. Modelo obrigatório de comprovação da experiência de cada um dos elementos que compõem a equipa

A experiência de cada elemento da equipa, referida na definição de cada um dos perfis, será comprovada pelo número de estudos realizados que atestem a experiência requerida em cada perfil, nos moldes do modelo abaixo apresentado.

A Proposta deve apresentar, para cada um dos elementos associados aos perfis acima descritos, uma tabela descritiva da experiência relevante para efeitos de análise e avaliação da Proposta:

Perfil / Nome:				
Designação completa do estudo (a) Ou Cargo desempenhado (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil G) (b)	Publicação Científica Ou Entidade que encomendou o estudo (se aplicável)	Data de conclusão/publicação... <u>Ou</u> Mês/ano de início e mês/ano de conclusão (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil G)	Link direto para o estudo (caso não exista, estudo deve ser apresentado em anexo à proposta) <u>Ou</u> Elementos comprovativos da duração da atividade profissional (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil G) (c)	Funções técnicas especificamente desempenhadas pelo elemento da equipa no estudo <u>Ou</u> Funções desempenhadas no cargo (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil G) (d)

(a) Estudos de avaliação, artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar.

(b) Proposta deve ser clara quanto ao tipo de experiência que pretende evidenciar para o Perfil G: realização de estudos ou atividade profissional, apresentando apenas os respetivos elementos comprovativos do tipo de experiência indicada.

(c) O link deve remeter para versão completa, e de acesso livre, do estudo. Quando sediado em plataformas de acesso reservado/pago, o estudo deve ser apresentado em anexo à proposta. Quando o estudo ou elementos comprovativos sejam apresentados em anexo à proposta, esse anexo deve incluir um índice dos estudos/elementos apresentados, devidamente referenciados nesta tabela.

(d) Proposta deve descrever apenas as funções desempenhadas que correspondam diretamente à demonstração do perfil indicado.

Os estudos listados deverão ter sido concluídos, no máximo, nos últimos 10 anos, contados à data da publicação do anúncio do presente procedimento, não sendo considerados para a avaliação das propostas estudos anteriores a esse período nem estudos que não estejam concluídos e disponíveis a essa data.

Não podem ser indicados mais de 10 estudos para cada elemento da equipa associado a cada perfil. Para efeitos de avaliação da proposta serão considerados, no máximo, 5 estudos, selecionados de acordo com a sua correspondência com os requisitos desse perfil.

Em caso de desconformidade entre os conteúdos apresentados na tabela e os documentos comprovativos apresentados através de *link* ou em anexo à proposta, a análise da Proposta considera exclusivamente os elementos evidenciados pelos documentos comprovativos.

CAPÍTULO 3 – Condições financeiras

Para efeitos do disposto na subalínea iii) da alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa, a Proposta deve indicar o Preço total da Proposta, indicado em algarismos e por extenso, não incluindo o IVA, o qual deve contemplar todos os serviços a prestar exigidos no Caderno de Encargos e todas as despesas e encargos necessários à plena execução do Contrato, bem como a decomposição e fundamentação para o mesmo.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES
(a que se refere a alínea c) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento)

.... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de.... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sem reservas, que a sua representada e todos os membros da equipa a afetar a execução do contrato, não detêm ou deterão qualquer tipo de conflito de interesse suscetível de colidir com os interesses da Agência, I.P. no procedimento de avaliação destinado à “aquisição de serviços para realização da Avaliação de Fundos Europeus: Emprego como combate à Exclusão Social”, ao qual foi atribuída a referência interna R/083/2025, não podendo estar hierárquica e funcionalmente dependente de potenciais beneficiários da intervenção que constitui o objeto de avaliação ou ser potencial beneficiária dessa intervenção.

Mais declara, sem reservas, que a sua representada e todos os membros da equipa técnica, não prestaram, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração do Caderno de Encargos da presente avaliação.

Assinatura

Data

ANEXO IV - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

(a que se reporta o Ponto 20. do presente Programa do Procedimento)

O critério de adjudicação é o da Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com os fatores a seguir descritos.

As Propostas são avaliadas de acordo com o seguinte modelo:

Tabela 1. Fatores de avaliação e respetivos coeficientes de ponderação

Fatores de avaliação	Coeficientes de ponderação
F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]	50%
F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]	20%
F3 - Preço [P]	30%
TOTAL	100%

A pontuação global da Proposta será igual ao somatório ponderado das pontuações dos fatores F1, F2 e F3, obtido através da fórmula:

$$PG = (F1[M] \times 50\%) + (F2[E] \times 20\%) + (F3[P] \times 30\%)$$

As pontuações de cada subfactor, fator e a pontuação global da Proposta serão arredondadas à terceira casa decimal.

FATORES E SUBFACTORES DE AVALIAÇÃO

A pontuação global da Proposta é determinada pela aplicação dos seguintes fatores, subfactores e critérios de valoração, e respetivos coeficientes de ponderação:

Tabela 2. Fatores, subfactores, critérios de valoração e coeficientes de ponderação

Fatores e subfactores e forma de cálculo		Critérios de valoração e coeficientes parciais de ponderação dos critérios, subfactores e fatores de avaliação						
Fator	Subfator	Coeficientes dos critérios de valoração					Coef. Subfator	Coef. Fator
		Entendi-mento	Adequação	Coerência	Inovação	Rigor		
F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]	F1.1. Métodos de Avaliação	20%	40%	20%	20%		50%	50%
	F1.2. Matriz de Avaliação		60%	20%	20%		30%	
	F1.3. Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação		50%			50%	20%	
F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]								20%
F3 - Preço [P]								30%

F1 – Avaliação do fator Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]

A pontuação dos subfactores que densificam o fator F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M] será atribuída de acordo com os seguintes critérios de valoração:

Tabela 3. Critérios de valoração e ponderadores do fator F1

Fator e subfactores		Critérios de valoração dos subfactores do fator F1
F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]	F1.1. Métodos de Avaliação	<p>Entendimento: Proposta demonstra adequado entendimento que o concorrente tem dos métodos propostos.</p> <p>Adequação: A apresentação dos métodos propostos respeita os requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e, quer os métodos quer a forma de os operacionalizar, são adequados ao objeto e objetivos da avaliação.</p> <p>Coerência: Proposta demonstra coerência na forma como se propõe operacionalizar os métodos (incluído, se aplicável, coerência entre métodos) na resposta a cada QA/EOR.</p> <p>Inovação: A proposta inclui elementos distintivos e inovadores, nos termos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, no que respeita aos métodos propostos e à forma com serão mobilizados em resposta às QA/EOR.</p>
	F1.2. Matriz de Avaliação	<p>Adequação: A estratégia de resposta corresponde aos requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e configura um encadeamento lógico da pesquisa e um conjunto de passos analíticos coerentes e adequados, garantido uma resposta completa e fundamentada a cada QA/EOR.</p> <p>Coerência: A estratégia de resposta a cada QA é internamente coerente e é coerente com a descrição dos métodos e das técnicas de recolha e tratamento de informação apresentadas na proposta.</p> <p>Inovação: A proposta inclui elementos distintivos e inovadores, que densificam a estratégia de resposta e as técnicas a mobilizar, acrescentando valor face aos requisitos das técnicas que constam nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e no Anexo II do Programa do Procedimento.</p>
	F1.3. Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação	<p>Adequação: As técnicas de recolha de informação e formas prevista para a sua aplicação, apresentadas nas colunas a) a d) da “Matriz das técnicas de recolha e tratamento de informação” correspondem aos requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e são adequadas à estratégia de resposta às QA.</p> <p>As técnicas de tratamento e análise de informação e outputs previstos, apresentadas nas colunas e) e f) da “Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação” correspondem aos requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e são adequadas às técnicas de recolha a que estão associadas.</p> <p>Rigor: As técnicas de recolha e tratamento de informação são descritas com elevado rigor técnico.</p>

A pontuação de cada critério de valoração, em cada um dos subfactores F1.1 a F1.3 é atribuída de acordo com a seguinte escala:

100	Muito boa – A Proposta alcança totalmente os critérios, sem apresentar quaisquer lacunas*
80	Boa – A Proposta alcança bem os critérios, apresentando pequenas lacunas*
60	Razoável – A Proposta alcança genericamente os critérios, apresentando algumas lacunas*
40	Insuficiente – A Proposta não alcança suficientemente os critérios, apresentando lacunas significativas*
20	Muito insuficiente – A Proposta não alcança os critérios, apresentando sérias lacunas*

* Consideram-se lacunas quaisquer falhas no cumprimento dos termos que densificam os critérios de valoração de cada subfator, acima descritos.

A pontuação global do fator **F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]** será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$F1[M] = (PF1.1 \times 50\%) + (PF1.2 \times 30\%) + (PF1.3 \times 20\%)$$

Onde:

F1[M] = pontuação do fator F1

PF1.i = pontuação do subfactor F1.i

A pontuação do subfactor **F1.1. Métodos de Avaliação** será obtida de acordo com a seguinte fórmula e critérios de valoração:

$$PF1.1 = (\text{Entendimento} \times 20\%) + (\text{Adequação} \times 40\%) + (\text{Coerência} \times 20\%) + (\text{Inovação} \times 20\%)$$

A pontuação do subfactor **F1.2. Matriz de Avaliação** será obtida de acordo com a seguinte fórmula e critérios de valoração:

$$PF1.2 = (\text{Adequação} \times 60\%) + (\text{Coerência} \times 20\%) + (\text{Inovação} \times 20\%)$$

A pontuação do subfactor **F1.3. Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação** será obtida de acordo com a seguinte fórmula e critérios de valoração:

$$PF1.3 = (\text{Adequação} \times 50\%) + (\text{Rigor} \times 50\%)$$

F2 - Avaliação do fator Experiência da equipa de avaliação [E]

A pontuação das Propostas ao nível do fator **F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]** será obtida pela média simples das pontuações obtidas pelos elementos da equipa associados a cada um dos seguintes perfis:

Tabela 3. Perfis a considerar na avaliação do fator F2[E]

Perfis	Nº elementos da equipa	Pontuação do perfil p _i
Perfil A: Coordenador com experiência de coordenação de estudos (*) sobre políticas públicas/programas públicos	1	P _a
Perfil B: Especialista nos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta, tendo sido responsável pelo desenho e implementação desses métodos	1	P _b
Perfil C: Especialista com experiência de realização de Inquéritos , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	1	P _c
Perfil D: Especialista com experiência de realização de Focus Group , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	1	P _d
Perfil E: Especialista com experiência de realização de Estudos de Caso , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	1	P _e
Perfil F: Especialista com experiência de realização de Entrevistas Biográficas , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	1	P _f
Perfil G: Especialista com experiência de realização de estudos (*) sobre temas objeto da presente avaliação <u>ou</u> experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas	1	P _g

(*) Estudos de avaliação, artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar.

Cada elemento de cada perfil é pontuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_i = \frac{\sum \text{Estudos}_{p_i}}{5} \times 100$$

Onde:

P_i: Pontuação do elemento da equipa associado ao perfil *i* (com *i* : [a, b, c, d, e, f, g]).

Estudos_{p_i}: Número de estudos comprovativos da experiência apresentados pelo elemento da equipa associado ao perfil *i*. Serão considerados no máximo 5 estudos entre os estudos apresentados na Proposta como comprovativos da experiência do elemento associado ao perfil *i*.

O valor de **Estudo_{p_i}** deverá, sob pena de exclusão da Proposta, ser igual ou superior a 1.

Quando o Perfil G seja preenchido por um elemento com experiência demonstrada pelo desempenho de atividades profissionais, num período compreendido nos últimos 10 anos, a pontuação é atribuída de acordo a seguinte fórmula:

$$P_f = 20 + \left(\frac{MesesProposta - 1}{MesesMáx - 1} \times 80 \right)$$

Onde:

Meses_Proposta: Número total de meses em que o elemento associado a este perfil desempenhou atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas.

O valor de **Meses_Proposta** deverá, sob pena de exclusão da Proposta, ser igual ou superior a 1.

Meses_Máx: O número máximo de meses a considerar para efeito de pontuação corresponde a 48 meses.

A pontuação do fator **F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]** será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$F2[E] = \frac{P_a + P_b + P_c + P_d + P_e + P_f + P_g}{7}$$

F3 - Avaliação do fator Preço [P]

A pontuação do fator **F3 – Preço [P]** será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$F3[P] = 100 - \left[\frac{P_p}{P_{base}} \times 80 \right]$$

Onde:

F3[P] = Pontuação do fator F3

P_p = Preço proposto pelo concorrente

P_{base} = Preço base do procedimento

ANEXO V – REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO
(a que se refere o ponto 21.2. do Programa do Procedimento)

Em caso de empate entre duas ou mais Propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das Propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

- a) Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no presente Programa do Procedimento;
- b) Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;
- c) A realização do sorteio terá lugar nas instalações da Agência, I.P., sitas na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, em Lisboa;
- d) A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das Propostas, significando designadamente:
 - 1.ª Posição – Bola n.º 1
 - 2.ª Posição – Bola n.º 2
 - 3.ª Posição – Bola n.º 3E assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de Propostas empatadas.
- e) A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das Propostas na plataforma eletrónica de contratação pública;
- f) Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;
- g) Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do ponto 22.1. do Programa do Procedimento)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º